

Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação do campo geográfico no Brasil

Pioneer fringes and territorial formation: The AGB in the consolidation of the brazilian geographic field

CARLO EUGÊNIO NOGUEIRA

Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo | USP

RESUMO Neste artigo será abordada a trajetória de afirmação de uma associação particular fundada precipuamente para a prática e difusão da Geografia com o intuito de contribuir para o entendimento do processo de institucionalização acadêmica desta disciplina. Por meio da problematização da atuação de Pierre Monbeig à frente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), serão analisados alguns de seus escritos sobre as franjas pioneiras, buscando estabelecer aproximações entre o contexto histórico de formulação dos discursos científicos e as ações que intentavam alterar a configuração espacial do território brasileiro no início do século XX.

Palavras-chave História do pensamento geográfico – frentes pioneiras – Associação dos Geógrafos Brasileiros.

ABSTRACT This paper discusses the development of a private association occupied with the practice and dissemination of Geography to understand the academic institutionalization of this discipline. Through the examination of the choices Pierre Monbeig made when he was the president of the Association of Brazilian Geographers (AGB), the article focuses on some of his writings about the pioneer fringe and inquires on the relationship established between the historical context of scientific discourses and the actions intended to modify the spatial configuration of Brazilian territory in early twentieth century.

Keywords History of geographical thought – pioneer fringe – Brazilian Association of Geographers.

Introdução

Este trabalho objetiva sublinhar a centralidade que os estudos sobre a expansão territorial da sociedade brasileira tiveram na afirmação de alguns importantes espaços institucionais para a prática e difusão da Ciência geográfica no Brasil. Em perspectiva, o enquadramento desejado aparece como tentativa de entrever, por meio da problematização da atuação de Pierre Monbeig à frente da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), as imbricações entre os campos intelectual e político no processo de institucionalização acadêmica da disciplina, o que possibilitaria a abertura de uma

linha interpretativa que visa estabelecer aproximações entre o contexto de formulação dos discursos científicos, as ideologias ou posições políticas que eles legitimavam e a materialização das ações numa efetiva alteração da configuração espacial do território brasileiro em formação.

Respeitados os limites dessa comunicação, será desenvolvida uma argumentação que visa acompanhar o processo de autonomização temática e metodológica desta disciplina a partir da análise da atuação de Monbeig no desenvolvimento da AGB e na consolidação do curso superior de Geografia dentro da estrutura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Desse modo, este artigo busca esclarecer certas especificidades nas maneiras pelas quais as frentes pioneiras foram pensadas e enunciadas a partir do temário, conceitos e tópicos tradicionalmente reconhecidos como integrados a esse campo do saber. Em outras palavras, o interesse seria indicar o modo como o fenômeno do pioneirismo foi apreciado por Pierre Monbeig durante sua estadia de mais de 10 anos no Brasil (1935-1946).

De fato, partindo de um enfoque contextual¹ que estabelece uma imbricação entre texto e contexto na análise da consolidação do campo geográfico, questiona-se acerca da possível função polarizadora que os estudos sobre a expansão do povoamento e colonização do território tiveram para a nascente comunidade dos geógrafos profissionais brasileiros que gravitavam em torno da figura de Pierre Monbeig no antigo curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP).²

Nesse enquadramento, a atenção conferida ao fenômeno do pioneirismo no processo de amadurecimento institucional do campo geográfico brasileiro vem embasar a periodização proposta, uma vez que a década iniciada com a chamada Revolução de 1930 representa um momento histórico de intensas mudanças no país. Nela, o maior desenvolvimento da economia fica evidenciado, indicando uma alteração no padrão de acumulação do país, que passa paulatinamente de uma economia galgada no setor agroexportador a outra na qual se pode perceber uma primeira industrialização feita a par da urbanização das principais cidades, do aumento populacional generalizado e da decorrente emergência de novos atores sociais.

Sob a ótica do arranjo institucional surgido dessa complexificação da sociedade, importa a cada vez mais evidente vontade centralizadora por parte do poder estatal e seu esforço em adquirir um caráter ordenador, ruptura tanto maior quando temos em mente a anterior extrema dispersão da capacidade decisória das oligarquias regionais mais representativas do ponto de vista político e econômico, que emprestavam ao funcionamento do Estado um caráter relativamente federativo que foi dominante nos anos iniciais da República. O perfil autoritário do nacionalismo de Getúlio Vargas, o nacional desenvolvimentismo lastreado pela busca de uma plena fusão entre Estado e sociedade, distinguia-se por conceber o Estado centralizado como o único ente capaz de concretizar o destino nacional, baseado num conjunto de valores morais transmitidos através de sucessivas gerações.³

Dentre esses valores, a questão da unidade do país aparecia como fundamental, pois contrapunha a língua, os costumes e a tradição comuns da população brasileira à acentuada falta de integração econômica, política e cultural do território, que não possuía nem um povoamento uniforme, nem um sistema de transportes e comunicação nacionalmente integrados. Logo, o desenvolvimento de uma política de colonização marcada pelo anseio de integração espacial do Brasil, a ser concretizada através da conquista territorial, surgia como resposta ao esforço estatal para proceder a um reordenamento da organização social do país; já que a apropriação de terras consideradas vazias e a posterior consolidação do espaço conquistado acompanham, no Brasil, a formação do Estado e da moderna sociedade civil.⁴

Isso quer dizer que a conquista do território, assim como a elaboração de representações ideológico-discursivas sobre o tema podem ser vistas, à época, como um valioso recurso de instrumentalização política erigido em torno da defesa da integridade territorial, funcionando, no limite, à maneira de uma *doutrinação patriótica*, um apoio “científico” para a construção de mitos fundadores do princípio de nacionalidade e de legitimação territorial da Nação.⁵

Destarte, considerando o território em seu processo de formação como uma instância constitutiva do Estado e da nação, vislumbra-se, no movimento de reconhecimento e legitimação de uma pretensão de soberania, que a

recorrência ao uso de discursos com um alto grau de aceitação e convencimento, como a Ciência e a Religião, considerados “verdadeiros” por amplos setores da sociedade e veiculados por associações oficiais ou privadas, é deveras comum entre os grupos que encabeçam o projeto de construção do novo ente estatal – no caso, as elites políticas e intelectuais acostumadas a gravitar em torno dos ambientes de poder e a elaborar estratégias em busca das melhores formas de argumentação.⁶

Nesse sentido, a argumentação geográfica utilizada como justificativa da existência perceptível e inquestionada do Estado, da nação e do território aponta para a construção de um sentimento de pertencimento que liga indivíduos e grupos a um específico âmbito geográfico de extensão espacial variável, sendo essa relação tematizada a partir da inércia dinâmica que acompanha todo processo de ocupação do espaço: a posse e o sentido de pertencimento são mutuamente construídos no processo mesmo de formação do território.⁷

Dito isso, indaga-se: qual a função das instituições voltadas à prática do saber geográfico na produção desse tipo de argumento? São elas orientadoras das políticas territoriais destinadas a consolidar um âmbito espacial de dominação política? Ou seriam essas associações nominalmente geográficas as conformadoras de discursos que, quando socializados, como no caso da Geografia escolar, viriam a contribuir com a incorporação de uma dada qualidade ou característica singular da identidade coletiva almejada?⁸

O imperativo territorial no pensamento social brasileiro

Fazendo uma digressão que nos forneça elementos para uma rápida contextualização da mentalidade vigente no Brasil nesse início do século XX, destaca-se inicialmente a discussão sobre a “pureza das raças” e os “efeitos mórbidos da miscigenação”, então consideradas fundamentais para a intelectualidade preocupada em resolver o problema da composição populacional de seus países. Em um mundo propício à difusão de uma ideologia nacionalista não raro apoiada nesses parâmetros, recolocava-se em pauta o velho juízo de que as regiões tropicais não eram favoráveis ao desenvolvimento da civilização, sendo a pretensa predisposição natural dos habitantes dos trópicos ao ócio, que ecoava um determinismo de cunho ambiental ou geográfico ainda embebido de confiabilidade científica, prova irrefutável da superioridade também natural das pessoas e países localizados em climas temperados.⁹

Enfim, um dos temas que perpassa a vida intelectual do Brasil das duas primeiras décadas do século XX, é, sem sombra de dúvidas, a lamentação da inexistência, entre nós, de uma moderna cultura que conseguisse sustentar, em termos razoáveis, a construção de uma verdadeira *identidade brasileira*. Em outras palavras, caberia aos filhos do novo século resolver a seguinte questão: quem somos nós? O que nos iguala, ou nos distingue, de outros povos e países? Com que povo conta o Brasil para se afirmar como nação?¹⁰

Ora, tendo como referência direta o processo de formação territorial, que concebe o território simultaneamente como materialidade e representação, relacionando o processo de sua efetiva ocupação material com os discursos e projetos que o têm como objeto,¹¹ pode-se mesmo afirmar que o imperativo da conquista, que de certo modo acompanha a elaboração de planos que propagam a concepção do país “em construção” como um espaço, e não como uma sociedade, é uma constante em diversos momentos históricos do Brasil.¹²

Vista desse prisma, a preocupação em avaliar a importância da espacialidade como elemento essencial na definição da nacionalidade abre diversos caminhos à compreensão de nossa construção identitária, pois reconhece que as interpretações que apreenderam a singularidade brasileira utilizando-se de categorias espaciais são mais duradouras e obtiveram mais sucesso do que aquelas que se voltaram para a retomada simbólica de eventos históricos,¹³ fato importante conquanto o interesse deste artigo recaia na compreensão do modo como o imaginário da expansão territorial da sociedade brasileira, que, em sua forma vulgar, atrela a compreensão do processo de formação do país à integração do território, aparece como tema polarizador da comunidade geográfica nas contribuições concretas dos autores que se dedicaram à análise da difusão espacial do povoamento em nosso país.

Sendo assim, a coincidência entre os limites políticos do Estado e a abrangência dos caracteres distintivos da nação colocada pelo moderno princípio das nacionalidades, que concebe como congruentes o âmbito espacial da dominação estatal e a extensão geográfica das qualidades compartilhadas definidoras dos cidadãos nacionais, traz consigo a admissão implícita de que os grupos e setores da sociedade que conformam os quadros diretivos do Estado desenvolvem ações políticas e culturais no intuito de forjar formas de identidades coletivas adequadas ao seu entendimento do que é ou deveria ser a identidade nacional.¹⁴

É nesse quadro que o amadurecimento do ambiente intelectual brasileiro, ao longo da década de 1920, catalisa a elaboração das obras de todo um grupo de cientistas que apontavam serem as causas dos males do país não a natureza tropical ou a miscigenação da “raça brasileira”, mas sim os problemas relativos, no mais, à falta de uma efetiva política de educação e saúde públicas, conclusão que de uma vez por todas revelava a falácia do racismo científico. Na verdade, a importância dada à educação e à saúde por aqueles preocupados com a questão do suposto atraso brasileiro exaltavam a necessidade de alfabetização e do estudo em Geografia e História para a boa conformação dos valores pátrios e do espírito nacional.¹⁵ Mencionam-se como registro das interpretações que informavam essa mentalidade renovada as diversas expedições e viagens de alcance geopolítico agrupadas mais ou menos em torno da denominação de Missões Civilizatórias, como a campanha higienista patrocinada pelos médicos de Manguinhos sediados no Instituto Oswaldo Cruz, que tinham suas atividades científicas e profiláticas divididas entre os trabalhos de saneamento e o de identificação e combate de patologias endêmicas, ou ainda, principalmente, a Missão Rondon, que entre 1907 e 1915 foi incumbida de implantar linhas telegráficas por todo o noroeste do Brasil.¹⁶

Com efeito, podemos ver que nas primeiras três décadas do século XX há uma relativa persistência na elaboração de inúmeras interpretações do Brasil apoiadas na ideia de um contraste entre litoral e sertão, antinomia que também pode ser lida na base *tradição vs modernidade* (ou localismo vs cosmopolitismo), já que essas imagens surgem no pensamento político-social brasileiro referidas a duas ordens sociais de organização estruturalmente distintas, espelhando talvez uma concepção linear do desenvolvimento e do tempo histórico que carrega consigo uma representação geográfica da realidade na qual uma parcela do território é vista como atrasada, estagnada, enquanto outra, mais civilizada e desenvolvida, estaria apta a receber os fluxos de cunho modernizantes.¹⁷

Vale dizer que o significado do termo sertão foi, desde a época colonial, vinculado a áreas distantes dos centros urbanos, aquelas ainda não definitivamente conquistadas, o lugar da barbárie, portanto, onde imperava a falta de civilização.¹⁸ Isso importa ao detalhe que nos concerne na medida em que se pode notar uma espécie de associação entre a afirmação da identidade nacional e a elaboração de projetos nos quais a tarefa de construção do país é entendida como uma sucessiva incorporação de áreas e pessoas à órbita de atuação do Estado. Além do mais, dada sua importância, tal encargo com a construção identitária serviu no caso brasileiro como justificativa para a tomada de ações e a feitura de discursos em que o autoritarismo viceja como um forte componente.¹⁹

Tais pontos são relevantes porque indicam que na insuficiência da história como base para erigir uma experiência nacional própria, o uso de categorias espaciais tornou-se comum, com a espacialidade constituindo-se no cerne de uma explicação acerca da identidade nacional que se apresentava como novidade. Nessa interpretação, ser brasileiro passaria também pela referência à vastidão do território nacional, à exuberância de sua natureza e à diversidade de suas regiões, aludindo, por isso, a uma singular relação engendrada entre a população brasileira e os variados meios naturais por ela habitados.²⁰

Estabelecidos esses parâmetros, percebe-se que na virada do século há uma expressiva mudança no entendimento do que era ou deveria ser o sertão, mudança esta que acompanha as alterações nas formulações discursivas preocupadas em ajustar a construção identitária ao processo de conquista territorial. Permeadas por uma interpretação globalizante da relação sociedade-natureza, essas formulações revelam avaliações negativas ou positivas das áreas qualificadas como sertões, pois se eram os espaços sertanejos os destinados a passar por um processo de civilização no século XIX, são também os sertões as áreas tidas como as mais aptas a receberem os fluxos modernizantes do século XX.²¹

Realmente, numa primeira aproximação do fenômeno pioneiro no Brasil, é possível atestar a generalização de um juízo no qual as particularidades nacionais aparecem explicadas como decorrência do relacionamento íntimo engendrado entre a conquista de novas terras, o avanço do povoamento, a busca do desenvolvimento econômico e a consolidação da identidade. Extrai-se disso a circunstância histórica da existência, para os países de formação colonial, de uma íntima relação entre a consolidação do moderno Estado nacional e o processo de formação territorial mediado decisivamente pela conquista e ocupação do espaço, fenômeno que, em sua dimensão ideológica, atua como elemento de coesão, remetendo a um arcabouço material concreto – o patrimônio territorial do Estado – a função articuladora da identidade nacional.²²

No Brasil, exemplo clássico de Estado periférico que alça a identidade à condição de projeto a ser edificado conjuntamente com a constituição do aparelho estatal de dominação burocrática, a conquista territorial, erigida em eixo da formação nacional, orienta projetos políticos nos quais a construção do país aparece como mote ideológico que perpassa diferentes conjunturas e distintos atores políticos, assumindo variadas formulações discursivas que grosso modo mantêm, em seu núcleo essencial, juízos e valores reificados que reiteradamente projetam-se nos novos discursos:

Em síntese, ali onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade nacional, os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado. O padrão discursivo básico do século XIX que conforma essa concepção estrutura-se em torno do conceito de civilização, atribuindo, portanto, à monarquia brasileira uma missão civilizadora. Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, o que cabe a uma elite que se autodefine como “representante das ideias da Ilustração” (...) O papel catalisador que a noção de “civilização” cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de modernização. Tal conceito, central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava, no caso brasileiro necessariamente, valorização do espaço. Nesse sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno.²³

319

Em suma, a necessidade de implantação de mecanismos de controle técnico e científico sobre o território, da qual as propostas de reconhecimento dos sertões brasileiros presentes na época são expressão tácita, pois ao dominá-los estaríamos construindo o país ao mesmo tempo em que o inseríamos na modernidade, pode ser entendida como parte de um movimento de forte conteúdo simbólico que acompanhava os projetos políticos, então em desenvolvimento, de delimitação das fronteiras internacionais nos primeiros tempos da república, e de integração econômica e política desses espaços distantes pouco depois.

Ademais, tal movimento expressa o vínculo então existente entre o processo de centralização político-administrativa visando uma gestão racional dos negócios territoriais, questão de consenso generalizada na vontade de integração nacional que se acentua sobremaneira a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e o processo de institucionalização acadêmica da Geografia, com a consolidação de seu campo científico-disciplinar e a decorrente profissionalização do geógrafo e do professor de Geografia para o ensino médio e superior, fatos novos no cenário do trabalho intelectual no Brasil.²⁴

Em pormenor, a preocupação estatal com a gestão de seu patrimônio territorial fica evidente quando se nota que, nos anos de 1930, a ideia de construir o país, mobilizada nos anseios de modernização, adquire capacidade ao mesmo tempo impulsionadora e aglutinadora, associando a tarefa de implementação de um desenvolvimento econômico capitalista com a integração do território e a decorrente formação da nacionalidade.

A propósito do uso prático de imagens e referências espaciais como forma de legitimação das ações estatais, as políticas desenvolvidas a partir de órgãos ligados diretamente ao aparelho estatal centralizado comportariam, teori-

camente, uma tendência a favor da conquista territorial, a qual, por sua vez, serviria como base simbólica à crença na existência de uma efetiva integração espacial do país pela via de uma colonização totalmente dirigida pelo Estado, o que colocava os termos básicos do debate de então no par identidade nacional e unidade territorial.

Salta aos olhos, nessa sucinta caracterização do ambiente político-ideológico do período, a alusão mais ou menos explícita a temas caros aos clássicos da Geografia política, como a questão da circulação e a descrição das vantagens advindas da construção de uma vasta rede de comunicações que interligasse os mais remotos pontos do território, objetivo comum entre os pensadores geopolíticos brasileiros que perpassa diferentes períodos e fundamenta uma práxis sempre em busca do fortalecimento do poder nacional.²⁵

Em verdade, a partir de meados da década de 1940, notadamente após a II Guerra, desenvolveu-se no Brasil, por influência da Escola Superior de Guerra (ESG), uma doutrina ou projeto geopolítico que se apoiava numa explícita intenção ordenadora do território e tinha dentre suas preocupações a construção de uma rede de comunicações que iria garantir, por meio de tais eixos de circulação, a indução da industrialização, o desenvolvimento de um mercado consumidor interno e a integração dos espaços fronteiriços.²⁶

Seja como for, tanto a elaboração de programas governamentais oficiais – como a Marcha para o Oeste, que deveria estimular essa expansão demográfica e econômica interiorizada dentro dos limites políticos do Estado – quanto à criação de diversos órgãos que objetivavam a mensuração, conhecimento e controle do território, dotando-o de meios para a execução e operação de ações de planejamento – citem-se, a propósito, os Conselhos Nacionais de Geografia (CNG) e de Estatística (CNE), embriões do IBGE – são exemplos que conseguem demonstrar bem o fundamental papel indutor que o Estado reservava a si mesmo dentro do processo de formação territorial durante esse período.²⁷

Tal constatação implica reconsiderar o alcance dos projetos de colonização que deviam pautar as alterações na configuração territorial do Brasil, pois nos remete à debilidade da plena realização dos discursos e projetos formatados a partir da instrumentalização simbólica e política do movimento de avanço do povoamento sobre novas terras, uma vez que reverbera tanto a fragmentação espacial patente, na falta de contiguidade entre as áreas efetivamente ocupadas do território brasileiro, quanto, ao mesmo tempo, aponta para a ausência de uma integração social e econômica dessas áreas e grupos “atrasados” com o resto do país.

A AGB: um projeto disciplinar moderno para a Geografia brasileira

Tratando agora de algumas das iniciativas voltadas para a renovação do ensino da Geografia, constata-se que inexistia na época um sistema organizado de educação pública no Brasil, pois embora a cultura e a Ciência fossem consideradas ferramentas para a construção de uma nação moderna desde ao menos o final do século XIX, somente a partir da década de 1920 os debates em torno da necessidade de se criar uma estrutura pública e universal de ensino adquirem maior expressão, como atestam a fundação da Academia Brasileira de Ciências, em 1922, e da Associação Brasileira de Educação, em 1924, ambas no Rio de Janeiro e com ativa participação de Everardo Backheuser e Delgado de Carvalho, figuras centrais para a Geografia nesse momento.²⁸

As mudanças no ensino superior, ocorridas entre 1931 e 1935, devem ser lidas como parte desse movimento renovador, quando da elaboração do estatuto das Universidades Brasileiras, que visava estabelecer a organização padronizada de todas as instituições de ensino superior do país, por Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação de Getúlio Vargas. Além disso, seria importante notar a polarização ocorrida nessa época com a escalada da militância católica, receosa em perder o controle da formação intelectual da população com as reformas laicas de cunho liberal inspiradas no movimento Escola Nova, já que, em 1932, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado por Fernando de Azevedo com auxílio de Anísio Teixeira, sedimenta-se um projeto pedagógico que defendia a não subvenção estatal ao ensino religioso e a implementação de uma escola pública leiga, universal e

gratuita, cujos objetivos seriam a formação de cidadãos livres, produtivos e capazes de se incorporar ativamente na construção do novo Estado nacional.

Como notado, os anos de 1930 marcam o início de um período de significativas mudanças políticas, econômicas e culturais no Brasil. Em verdade, sob o comando de Getúlio Vargas, grandes transformações atingiram a organização do Estado e da sociedade brasileira, valendo destacar o processo de centralização do poder e a criação, pelo governo federal, de inúmeros institutos, conselhos, ministérios, departamentos, companhias, fundações, enfim, aparelhos burocráticos que tinham como finalidade o controle absoluto das ações administrativas, o que foi feito pela cooptação e formação de quadros intelectuais de burocratas de perfil mais técnico que dariam contornos científicos aos projetos do governo.²⁹

É nesse contexto que as primeiras universidades brasileiras finalmente emergem na estrutura educacional do país, pensada agora como nacional e unificada: em 1934, em São Paulo, é implantada por esforço conjunto do governo estadual e do grupo ligado diretamente ao jornal O Estado de São Paulo, a Universidade de São Paulo. Em 1935, no Rio de Janeiro, ainda capital da República, implanta-se a Universidade do Distrito Federal, sendo esses os dois principais polos a incentivar o desenvolvimento da produção científica nacional, aí inclusa a Geografia. Tendo à frente dos cargos de direção da Instrução Pública em São Paulo e no Distrito Federal os líderes da Escola Nova Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que não escondiam a predileção por uma orientação pedagógica mais afeita ao ensino liberal, foi inevitável o embate desses intelectuais com a nata dos pensadores católicos, que congregava nomes como Alceu Amoroso Lima e o futuro ministro da educação Gustavo Capanema, que passam a defender o estabelecimento de laços cada vez mais fortes entre Igreja e Estado.³⁰

A constituição da USP deve-se, fundamentalmente, a uma reação de grupos políticos paulistas, alijados do poder após a derrota da revolução constitucionalista de 1932 e a decorrente ascensão de Vargas. Desse modo, o lançamento das bases de criação dessa Universidade é tributário; de um lado, da ação da elite liberal paulista, bem expressa no protagonismo da família Mesquita e de seu jornal na condução desse processo, e de outro, pelo envolvimento de figuras importantes no meio político e intelectual de São Paulo, como Armando Salles de Oliveira, Júlio de Mesquita Filho e Alfredo Ellis Júnior.

Sem entrar em pormenores dessa conflituosa escalada inicial, sabe-se que o primeiro impulso da USP tem a ver com a chegada de uma Missão composta por professores, de maioria francesa, de diversas áreas do conhecimento. Entre eles, Pierre Deffontaines é o escolhido por George Dumas, ainda em 1934, para fundar a cadeira de Geografia, sendo ajudado, nessa tarefa, pelo jovem Pierre Monbeig, que chega ao Brasil como professor assistente na segunda leva da Missão, em 1935, assumindo de vez a cadeira em 1936, quando Deffontaines parte para o Rio de Janeiro.³¹

No Rio de Janeiro, a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, por iniciativa de Anísio Teixeira durante o governo do prefeito Pedro Ernesto, tomada inicialmente como parte de um programa integrado de reforma da instrução pública em todos os níveis, foi posteriormente abortada, dada a instituição, em 1937, da Universidade do Brasil, que foi implantada definitivamente em 1939 e encampou a estrutura organizacional da primeira, fixando um padrão de organização do ensino superior ao fornecer um modelo para a futura formação de outras instituições.

A tutela federal e o controle doutrinário da Igreja Católica ficam evidenciados na indicação de Amoroso Lima para o cargo de direção da nova Faculdade, bem como na delicada negociação em torno da incorporação ou não dos alunos, professores e funcionários da UDF, pois para o novo diretor, os cerca de 100 professores e 1.000 alunos vindos dessa instituição liberal poderiam comprometer o projeto da nova Faculdade. As dificuldades do período são exemplificadas na trajetória universitária do geógrafo carioca Orlando Valverde, que ingressou no curso de Geografia da UDF no início de 1936, mas se formou pela Universidade do Brasil somente no início de 1940, tendo cursado 1 ano a mais por vivenciar diretamente as alterações impostas pelas mudanças estruturais do ensino superior brasileiro.³²

Essa breve descrição acerca do surgimento das universidades no Brasil, cumpre aqui o papel de revelar as ligações iniciais existentes entre a cadeira de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São

Paulo e o surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros, expressão das novas formas de associação profissional da comunidade geográfica.³³ Sua fundação teve decisiva participação de Deffontaines, que conforme consta no livro de atas da AGB, reuniu, em 17 de setembro de 1934, em sua casa, situada à Avenida Angélica, 133, em São Paulo, um grupo de intelectuais interessados em desenvolver os estudos em Geografia no país. Entre eles estavam: Luiz Flores de Moraes Rego, geólogo e professor da Escola Politécnica da USP, o bibliógrafo e futuro diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, Rubens Borba de Moraes, e o intelectual de orientação marxista Caio Prado Jr., pertencente a uma das famílias mais ricas, influentes e tradicionais da cidade de São Paulo.³⁴

Nesse momento inicial sobressaem alguns aspectos curiosos: de uma parte, a situação incomum de termos uma entidade profissional autônoma de caráter privado sendo fundada fora da capital federal, de outra, e relacionada à anterior, a circunstância ímpar dos interesses e mesmo dos membros da nova associação ficarem praticamente restritos aos limites da realidade paulista, remetendo-se ao círculo de afinidades políticas e intelectuais enredados com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e com o próprio funcionamento da cátedra de Geografia desta faculdade.

A relação umbilical estabelecida entre o curso de Geografia da USP e a AGB nesses seus anos iniciais, ainda que não deva ser exagerada, é de fato referendada, entre outros, pelo próprio Pierre Deffontaines, que em texto escrito em 1935, no primeiro número da revista *Geografia*, pioneira publicação científica organizada pela AGB, disse ter fundado essa associação reunindo alguns estudiosos interessados nos estudos das realidades do país e outros “notáveis locais”, todos francófonos, “em redor da cadeira de Geografia da Universidade de São Paulo”, como forma de impulsionar o desenvolvimento dessa área.³⁵

Contudo, por essa época não devemos superestimar a relevância e a abrangência da AGB como uma nova forma de organização profissional da comunidade geográfica, uma vez que o perfil dos primeiros associados se mostrava extremamente heterogêneo, congregando alunos matriculados no curso de Geografia e História, professores de outras áreas do conhecimento e um bom número de figuras da intelectualidade paulista, num agrupamento que sobremaneira não estava muito distante da elite francófona que anos antes animava as atividades do *Groupement* na cidade, reverberando a política imperialista cultural da França.³⁶

Um relato de Monbeig feito em entrevista concedida à Claude Batallion é muito ilustrativo a esse respeito, pois nele é possível saber que as primeiras turmas da FFCL eram compostas quase que exclusivamente de interessados em Geografia advindos de outras áreas do saber, normalmente advogados, médicos, engenheiros e os filhos das famílias influentes que haviam se matriculado com o intuito de “prestigiar” os cursos da recém-criada Faculdade. Esse fato nos leva a questionar se a AGB não poderia ter funcionado em parte como um centro de convergência, facilitando os contatos dos professores vindos em missão da França com o grupo político que organizou a Universidade de São Paulo.³⁷

Além do mais, as atas oficiais mostram que os presentes nas reuniões periódicas eram poucos, razão pela qual se pode no mínimo aventar, a despeito do registro oficial de Deffontaines, a importância diminuta da AGB para o real funcionamento do curso de Geografia, muito mais dependente, em seus aspectos didáticos, pedagógicos e administrativos, da presença e atuação dos catedráticos. Esse fato, aliás, pode ser entrevisto nas cartas trocadas por Caio Prado Jr. e Pierre Deffontaines, que só recentemente vieram a lume, visto que elas revelam a preocupação de ambos com a interrupção das atividades da Associação após a volta do eminente geógrafo à França, que foi seguida da prisão de Caio Prado, em 1936, preocupação esta que nem mesmo resvalava na continuidade dos trabalhos em torno da cadeira de Geografia, que iria, na verdade, se consolidar progressivamente nos anos vindouros.

Com a ida de Deffontaines para o Rio de Janeiro, onde fora requisitado para efetuar o mesmo trabalho que havia iniciado em São Paulo, Pierre Monbeig assume tanto a cátedra como a presidência da AGB, desdobrando, a partir daí, a cadeira de Geografia da USP. Primeiramente, seguindo sugestão de Emmanuel De Martonne, que viera a São Paulo em 1937 para lecionar por alguns meses, cria a cadeira de Geografia física, confiada em caráter interino a João Dias da Silveira em 1938. Este teria seu contrato renovado até 1950, quando assume como catedrático, fixando Elina de Oliveira Santos como primeira assistente e Aziz Ab’Saber e João Soukoup (técnico em cartografia) como auxiliares de ensino.

Nesse ínterim, em 1942, foi criada, também, a cadeira de Geografia do Brasil, sendo nomeado como professor interino Aroldo de Azevedo, que assume definitivamente como catedrático em 1945, após ter sido submetido a concurso público de títulos, no qual apresentou a tese “Subúrbios Orientais de São Paulo”. Por essa época, Azevedo nomeia como seu primeiro assistente José Ribeiro de Araújo Filho, e como auxiliares de ensino Antônio Rocha Penteadado e a licenciada Ely Goulart Pereira, que viria a se casar com Araújo Filho.

A cadeira de Geografia humana continuou atrelada a Monbeig até seu retorno à França, em 1946. Depois disso, assumiram sucessivamente Roger Dion (1947), Pierre Gourou (1948) e, de forma interina, Aroldo de Azevedo (1949), que se torna o catedrático nominalmente responsável pela cadeira, mesmo que tenha sido a equipe de auxiliares recrutados por Monbeig diretamente entre os alunos, todos com título de “doutor”, conquistados ao longo da década de 1940, os que mais diretamente ficaram responsáveis pelos cursos.³⁸

A atuação de Monbeig como presidente da AGB, cargo que ocupou por mais de 10 anos, foi fundamental para a verdadeira nacionalização da instituição,³⁹ uma vez que foi ele o principal articulador, em 1945, da reforma do estatuto que permitiu a criação das seções regionais, resolução que finalmente conseguiu reunir os dois grupos distintos então existentes no Rio de Janeiro e em São Paulo:

Atuando separadamente, mas percorrendo caminhos semelhantes, os grupos de São Paulo e Rio de Janeiro logo decidiram congregar esforços, surgindo daí a ideia de se reunirem periodicamente para discutir em conjunto aquilo que já faziam paroquialmente (...) O papel dessa AGB nacional na formação do pensamento geográfico brasileiro foi tão importante que, a partir de 1946, deixaram os geógrafos de frequentar os congressos da antiga Sociedade Brasileira de Geografia, que passou, inclusive, a ser por eles alcunhada de “veneranda”. E não podia ser de outra forma, já que as propostas que orientavam a AGB eram radicalmente diferentes daquelas que orientavam a ação das antigas sociedades de Geografia.⁴⁰

De mais a mais, no período em foco pode-se observar um progressivo afastamento da AGB em relação ao seu núcleo formador, que indica, de certo modo, a perda de sua identidade paulista e o esfacelamento de seu atrelamento direto com a FFCL/USP, ou seja, a reforma estatutária de 1945, ainda que tenha mantido os cargos diretivos fundamentais obrigatoriamente sob o controle dos catedráticos uspianos – mormente Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira, os mais antigos –; deu realmente um alcance nacional à associação pela abertura proporcionada com a alteração da estrutura organizacional da entidade, que permitia agora a fundação das seções regionais e núcleos municipais, e, principalmente, com a nova forma das assembleias ordinárias e congressos, que passam a ser anuais e itinerantes.⁴¹

Essa mudança, ademais, sente-se, também, nas publicações organizadas pela AGB, pois enquanto a revista *Geografia* e o primeiro *Boletim da AGB* ocupavam-se basicamente de questões afeitas à realidade paulista, conforme se pode verificar pelo levantamento dos artigos e autores publicados, os *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, publicados a partir de 1946, trazem com destaque as teses apresentadas em suas reuniões nacionais, balanceando a origem dos colaboradores e apresentando os resultados dos trabalhos de campo realizados nos locais onde ocorriam as assembleias anuais da entidade.

Por fim, deve ser notada certa correspondência entre a data que marca o início da nacionalização da AGB, o final de 1945, e a da criação do departamento de Geografia da FFCL/USP, que é fundado como órgão separado da subseção de Geografia e História em 4 de junho de 1946, pois essa distinção formal parece corroborar a leitura de que houve um movimento de afastamento relativo da AGB de seu berço primevo, muito embora os geógrafos uspianos normalmente vissem as publicações de sua seção local, o *Boletim Paulista de Geografia*, como continuidade das publicações anteriores. Veja, a esse respeito, um depoimento de Pasquale Petrone, que fala dos eventos fundamentais que tiveram influência na vida do departamento de Geografia da USP desde sua organização como instrumento de coordenação do funcionamento das cátedras:

O primeiro [evento] refere-se à fundação, ainda no ano de 1934, e a partir da iniciativa do Prof. Pierre Defontaines, da Associação dos Geógrafos Brasileiros que, e o fato é sugestivo pela praticamente coincidência de datas, em 1945 adquiriu âmbito nacional. As relações entre o Departamento de Geografia e a Associação dos Geógrafos Brasileiros foram tão estreitas que, sob certos aspectos, em determinados momentos, suas existências e atividades, praticamente, chegam a confundir-se. No momento, o que parece mais importante é considerar que determinados aspectos da vida do departamento de Geografia não podem ser compreendidos sem que se compreenda o papel da Associação dos Geógrafos Brasileiros nas atividades dos seus docentes. Tão somente à guisa de exemplo, cabe citar o fato de que, afora a participação de docentes seus na série de Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Departamento de Geografia não se empenhou em editar uma publicação sua, no âmbito da Faculdade, na medida em que a solução para a divulgação da sua produção foi encontrada nas publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Dessa forma, uma parte não descurável da produção do Departamento de Geografia pode ser encontrada na revista Geografia, no Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, no Boletim Paulista de Geografia, nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros ou, ainda, nos Avulsos da mesma Associação.⁴²

Franjas pioneiras e formação territorial

Um breve comentário sobre a definição corrente que na época se fazia sobre o fenômeno do pioneirismo é necessário. Detendo-se na figura de Pierre Monbeig, sabe-se que dentre os elementos que concorrem para a compreensão de seu legado certamente figuram, entre os essenciais, a filiação aos pressupostos do discurso positivista-funcionalista e seus ideais inspirados no liberalismo político, preferências entrevistas, por exemplo, na defesa que faz da neutralidade do conhecimento científico, bem como na luta que empreende pela afirmação e reconhecimento do estatuto científico da Geografia, que procurava estabelecer como se fosse um saber de caráter utilitário e pragmático que não mistura os domínios do científico com o político: para ele o geógrafo não tomaria as decisões finais, apenas informaria, prestando um serviço especializado, mas não exercendo função de comando.

Corroborar essa afirmação o fato de não ser incomum a opinião que sobrepõe o tratamento que Monbeig confere ao fenômeno das franjas pioneiras com os desígnios explicitados pelas elites paulistas em seu projeto de país, considerando os escritos do geógrafo francês, em última instância, como não mais que uma justificativa de cunho científico que visaria legitimar os anseios hegemônicos do grupo que intermediou sua vinda ao Brasil:

Poder-se-ia inferir dessa afirmação, então, que Monbeig associa o pioneirismo ao processo de avanço e ocupação do território, de diversificação e ascensão social, processo desejável para todo o território brasileiro. A frente pioneira de Monbeig apareceria assim carregando tanto a significação de democracia social contida na visão do bandeirante de Cassiano Ricardo quanto dos valores de democracia social, política e de progresso presentes no discurso de Jackson Turner vinculado à Marcha para Oeste americano (...) Em síntese, poderíamos dizer que Pierre Monbeig consolida institucional e discursivamente a Geografia enquanto disciplina tanto na USP quanto na AGB. Utiliza os métodos da Geografia Humana francesa, numa de suas vertentes, para compreender os processos que aconteciam em São Paulo. A partir da abordagem da frente pioneira ele faz da Marcha para o Oeste em São Paulo seu principal assunto de pesquisa e, desta maneira, legitima o projeto político e econômico de seus protetores: a elite ilustrada paulista.⁴³

Posto isso, torna-se interessante a localização do estágio de desenvolvimento do fazer geográfico, que à escala mundial passava, nesse período do entre guerras, por uma inflexão de seus interesses que apontam para o surgimento de novas tendências nas práticas da Geografia. Tais tendências podem ser esquematicamente caracterizadas: a) pela necessidade de se melhor organizar as pesquisas universitárias, nas quais se destacam o real impulso a programas coletivos; b) por uma preocupação com os assim chamados “problemas contemporâneos”, tais como o superpovoamento, a industrialização à escala do mundo, as migrações em massa e o inchaço cada vez mais nítido das aglomerações

urbanas, que abria novas perspectivas para a disciplina opinar em relação aos desafios de um mundo em transformação; e c) pela questão, relacionada às duas anteriores, da aplicabilidade do saber do geógrafo, que buscava aproveitar o prestígio recém-adquirido de que gozava a planificação para legitimar a Geografia perante as novas práticas discursivas das chamadas disciplinas de ação.⁴⁴

A emergência dessas novas temáticas e das finalidades pragmáticas da Geografia acadêmica, como mostra o desenvolvimento, no seio da UGI, da ideia da planificação territorial comandada pelos Estados nacionais, aventada pioneiramente no primeiro Congresso da UGI, acontecido na Cidade do Cairo, em 1925, e adensada posteriormente no Congresso havido em Cambridge, em 1928, prefiguram novos horizontes para a Geografia, dos quais são exemplos contundentes os trabalhos de diagnósticos territoriais de Albert Demangeon e Isaiah Bowman, que têm seus interesses e práticas voltadas a diversas problemáticas ao longo das décadas de 1920 e 1930:

*Qualquer que tenha sido sua amplitude, essas políticas foram acompanhadas, para aqueles que dela participavam, de certa confiança na racionalidade estatal, na racionalidade de uma ação ancorada na pesquisa científica e, em suma, de uma adesão à ideia de legitimidade da especialização posta a serviço da organização do espaço.*⁴⁵

Essa caracterização simplificada do estado da arte da Geografia mundial pode ajudar a caracterizar o modo como Monbeig compreendia o fenômeno do pioneirismo, principalmente na referência a Demangeon e Bowman. O primeiro, discípulo direto de Vidal de La Blache e um dos grandes nomes da Geografia regional francesa, foi o orientador de Monbeig no início de sua carreira acadêmica, quando projetou, antes de sua vinda ao Brasil, uma tese que versaria sobre as Ilhas Baleares, na Espanha. No caso de Bowman, seus esforços de pesquisa redundaram num programa internacional de estudos sobre as franjas pioneiras que apresenta, na obra *The Pioneer Fringe*, sete monografias e vários mapas frutos da cooperação de cientistas nos estudos de áreas consideradas como pioneiras em todo o globo.⁴⁶

A bem dizer, parece não haver dúvidas de que os estudiosos enxergavam, no fenômeno do pioneirismo em geral, um relacionamento entre desenvolvimento e conquista, donde se abre, para o caso brasileiro, a possibilidade de se compreender a relação entre a conquista dos sertões e a formação da nacionalidade bem próximo à função que, nos EUA, se atribui ao “mito da fronteira”. Elaborado por Frederick Jackson Turner, historiador consagrado que havia participado das discussões iniciais da obra de Isaiah Bowman, a chamada *frontier thesis* qualifica o avanço civilizatório sobre áreas de ocupação não consolidada conferindo centralidade à expansão territorial na formação da nacionalidade e na consolidação da democracia americana: é da experiência da fronteira, sempre em movimento, que surge a liberdade, instituições e oportunidades que caracterizariam distintamente a experiência americana da europeia na construção de uma nova civilização.

Ora, as políticas de povoamento do interior que sustentariam, por meio da ocupação produtiva de novas terras, a integração econômica do território formavam a base, associadas com a exploração futura dos espaços ainda “vazios” do país, do núcleo essencial que embasava as políticas territoriais do Estado Novo, dado que o estoque de terras disponíveis e a expectativa de exploração das riquezas potencialmente advindas da incorporação desses fundos territoriais ao circuito do capital justificaria, em grande parte dos discursos veiculados por intelectuais orgânicos do regime, a peculiaridade de o expansionismo brasileiro poder assumir a forma de um “imperialismo pacífico” resolvido sem conflitos por voltar-se para dentro de si mesmo, tal como constava nos objetivos da “Marcha para o Oeste”.

Na ótica autoritária compartilhada pelo governo e seus próceres, a existência desses amplos fundos territoriais ainda não aproveitados economicamente pelo Estado nacional colocariam a ocupação racional do território pela via da colonização dirigida como corolário do projeto estatal de reestruturação da economia e da sociedade brasileiras. O objetivo seria, fundamentalmente, enaltecer a capacidade humana de ação teleológica sobre o espaço, isto é, a intencionalidade na criação de uma nova organização geográfica, o que possibilitaria aos propagandistas oficiais subvencionados pelos órgãos oficiais de cultura converter a conquista de terras numa obrigação patriótica continuamente reposta.⁴⁷

Na tentativa de melhor iluminar esta aproximação entre as frentes pioneiras e o avanço da sociedade brasileira rumo ao oeste, será analisado primeiramente alguns pontos comuns na caracterização das zonas pioneiras. Inicialmente, a situação “marginal” dessas terras não habitadas, ou melhor, ainda não colonizadas a partir de uma ocupação produtiva do solo, condição que revelaria as limitações impostas a elas pelos rigores do clima, pela pobreza ou desconhecimento das propriedades físicas do solo e pela falta de vias de comunicação adequadas para escoar a produção. Nesse ponto, as estradas não eram pensadas unicamente como vias de escoamento da produção, mas também como o móvel necessário para que fosse possível instalar nos novos núcleos facilidades da vida urbana moderna às quais os pioneiros estariam acostumados em seus países ou lugares de origem, como escolas, igrejas e condições sanitárias e de higiene compatíveis com aquilo que encontravam em sua terra natal antes de empreender a migração.

Somada a essa condição marginal das terras, destaca-se, dentre as características comuns das zonas pioneiras, o caráter de luta dos homens com o meio natural, o que, por consequência, ajuda a tornar mais robusto o perfil de laboratório experimentado pelas áreas qualificadas como pioneiras, já que seria somente a partir das técnicas de intervenção criadas modernamente e amparadas por um conhecimento científico que a conquista das áreas poder-se-ia realizar plenamente, dando origem a novas oportunidades para os migrantes desenvolverem um lar junto às novas terras que passam a habitar. É nessa chave que deve ser compreendida a frase: “A zona pioneira do Estado de São Paulo é por mais de um título um laboratório”.⁴⁸

Dito isso, volta-se a atenção para o modo como Pierre Monbeig, em um de seus primeiros textos escritos sobre o assunto, intitulado “As zonas pioneiras do Estado de São Paulo” e publicado originalmente nos *Annales de Histoire Economique et Sociale*, em 1937, procura equacionar o fenômeno do pioneirismo no Brasil, oferecendo uma definição que em nenhum momento esconde sua filiação ao que se convencionou chamar de escola francesa de Geografia:

*A paisagem do Estado de São Paulo que talvez mais desconserta o recém-chegado ao Brasil não é tanto a planície de bananeiras e mangues de Santos, nem a floresta de vertentes da Serra do Mar, nem tampouco as vastas extensões plantadas de café, mas sim a paisagem que ele descobre ao acordar, depois de uma noite de trem, entrando nas regiões de derrubada (...) Ali, uma cidade velha tem vinte, trinta anos no máximo. Deixa-se São Paulo com seus arranha-céus, sua atividade febril, atravessam-se pacatas cidades provincianas que caminham em marcha-lenta apesar de não contarem três quartos de século, e encontra-se outra animação, outra atividade nas cidades de madeira que a estrada de ferro atingiu há cinco anos, às vezes há alguns meses. É a zona pioneira, da qual Isaiah Bowman e os geógrafos americanos fizeram excelentes descrições no Canadá, Austrália, Manchúria ou extremo sul da Argentina, zona que conserva em toda parte um certo ar de família, mas revela-se também grandemente variada para quem procura mais do que uma simples impressão de viajante.*⁴⁹

Ficam evidentes nesse trecho as particularidades que a zona pioneira paulista – manifestação regional de um fenômeno mundial – apresentaria quando confrontada com áreas que, apesar de localizadas em outros países e contando com climas, solos, relevo e vegetação diversas manteriam com o caso brasileiro “certo ar de família”; vale dizer, características comuns que autorizaria um observador atento a enxergá-los como variações ou combinações locais de um tema ou fenômeno global. Não é por outro motivo que Monbeig, no primeiro texto que escreveu após sua chegada a São Paulo, em 1935, dedicado ao exame de “A Zona Pioneira do Norte-Paraná”, fundamenta o tratamento conjunto que irá conferir a essa área junto à análise dos movimentos migratórios perceptíveis em território paulista, pois para ele esta seria: “uma região que – se bem que pertença administrativamente ao Estado do Paraná – não deixa de ser de fato uma região de economia paulista”.⁵⁰

De todo modo, deve-se lembrar que Monbeig não falava de frentes, preferindo, antes, o uso do termo franjas pioneiras.⁵¹ Isso ocorria não apenas como modo de se evitar as perigosas metáforas militares, algo extremamente perigoso nesses anos de tensão bélica e falta indesculpável a um membro da escola francesa de Geografia, que repudiava serenamente o perfil geopolítico mais ligado aos escritos da escola alemã, mas, sobretudo, por não sugerir a

existência de uma ação intencional dos pioneiros no movimento de apropriação de terras, fato que resultaria, no terreno, no desenho de uma linha em contínuo e inquebrantável avanço:

Plutôt que de “front”, il vaut mieux parler de “frange pionnière”, car c’est rarement par une coupure brutale, mais plutôt par une progression plus ou moins rapide que l’on passe des espaces organisés à ceux qui le deviennent (...) L’extrême mobilité des pionniers s’explique, pour beaucoup, par l’excessive rapidité avec laquelle s’épuisent les sols. Elle est également imputable aux oscillations implacables des économies commercialisées, à l’incertitude des marchés des matières premières et à l’inorganisation du crédit agricole (...) Toute région pionnière est essentiellement marginale, incertaine et fugitive. Cela rend sans doute difficile sa cartographie exacte, mais la valeur de son étude réside précisément dans la connaissance d’une société en mouvement.⁵²

Por fim, ainda que seja possível relativizar a existência de um eventual consenso em torno da plena associação entre a produção científica de Pierre Monbeig sobre as franjas pioneiras e os projetos governamentais que efetivamente se materializaram espacialmente, provocando alterações na configuração territorial de São Paulo e do país, uma vez que, salvo engano, não há muitos estudos que esclareçam detalhadamente em que medida os geógrafos de fora dos muros do IBGE foram convidados a opinar sobre questões políticas, territoriais e de desenvolvimento econômico e social (e muito menos estudos que tentam mesurar em que grau tais opiniões foram acatadas), é realmente possível encontrar diversas passagens nas quais ficam claras as intenções de Monbeig de capitanear um grupo de intelectuais comprometidos com a construção de um programa coletivo de pesquisas multidisciplinares para fornecer embasamento científico para ações governamentais.

Como exemplo, podem ser citados trechos de um diálogo entre Monbeig e Luís Flores de Moraes Rego, que teve como tribuna, no ano de 1935, as páginas do jornal *O Estado de São Paulo*, e como assunto básico o estabelecimento de parâmetros aceitáveis para um eventual relacionamento entre a AGB, o poder público e o desenvolvimento econômico de São Paulo:

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundada em São Paulo, tem por objetivo geral o desenvolvimento dos estudos geográficos do país, especialmente São Paulo e das regiões adjacentes (...) Servirá como coordenadora e animadora dos esforços no sentido de valorizar vastos territórios brasileiros. A Associação, além de ser órgão de desenvolvimento da cultura paulista, desempenhará um papel relevante de caráter prático na evolução moderna da vida econômica do Brasil. De um lado fará a propaganda das regiões a desenvolver junto ao capital e seu comércio, tornando conhecidos seus recursos e suas possibilidades. De outro, cooperará com os governos da União e estaduais para a resolução das questões ligadas ao progresso desses territórios. A influência da Associação far-se-á sentir junto às populações locais, mostrando-lhes o interesse que dedicam ao melhoramento de suas condições econômicas as classes esclarecidas do Brasil.⁵³

Por seu turno, Monbeig, dando um verniz mais acadêmico à discussão, esclarece os casos em que, defendendo ser a Geografia uma Ciência de utilidade pública, aceitaria a intervenção da Geografia nos assuntos decisórios de governo. Diz ele:

Em que casos determinados será a investigação geográfica suscetível de ser utilizada pelos não geógrafos? Em que casos determinados terá ela interesse prático? (...) Aqui mesmo, o Sr. Moraes Rego demonstrou claramente qual a relação entre a expansão econômica paulista e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (...) É evidente que antes de se lançar a novas experiências, deve um país ter perfeita consciência de suas possibilidades. É mister, pois, conhecer tudo o que o solo e o clima permitem, na complexidade de suas interações (...) Enfim, uma série de monografias das atividades humanas atuais permite que nada se ignore dos recursos econômicos do país; as origens, as condições naturais, as dificuldades econômicas e as importâncias reais dos diversos ramos da agricultura, do comércio e da indústria são estudados com cuidado e os trabalhos geográficos acabam por constituir uma verdadeira “suma”, que reúne o valor científico à utilidade nacional. É o fim que se propõe à Associação dos Geógrafos Brasileiros. Para logrã-

*lo, entretanto, é mister que se reúnam as boas vontades e se agrupem homens de formações e profissões várias: os quais, por não considerarem os fatos sob o mesmo ângulo, têm visões diferentes e podem sugerir observações e discussões fecundas.*⁵⁴

Concluindo, aqui fica evidente que, ao menos nas intenções, havia uma correlação direta entre a consolidação das pesquisas geográficas feitas em moldes científicos, que vinha combater a antiga prática disciplinar, a “Geografia de Nomenclatura”, vista como uma coleção inútil de localizações, dados e nomes de lugares, a instrumentalização do saber produzido pelos geógrafos ligados ao projeto universitário de institucionalização da disciplina, e a planificação das atividades envolvendo o desenvolvimento econômico e a racionalização do domínio político. Porém, dada a distância interposta entre intenção e gesto, entre potência e ato, pode haver, ainda, uma lacuna, no que diz respeito aos estudos, que analisa o quanto essas produções científicas e ideológicas foram eficientes, passando do plano das elaborações culturais para o das práticas políticas concretas, ou, se se preferir, passando do plano das ideologias geográficas para o das políticas territoriais.

A proeminência de uma visão espacializada do país, percebida, por exemplo, na vulgarização das leituras que qualificavam como benéficas ou deletérias as características físicas e mesmo sociais (essas vistas por um prisma naturalizador) do território, parece transformar-se num dos cerne explicativos da realidade nacional, erigindo uma espécie de determinismo biomesológico que questiona o papel do meio tropical e da população miscigenada no desenvolvimento do país ao formular um enunciado que traz consigo um intrigante paradoxo: o território brasileiro e a população nele fixada encerrariam um potencial de riquezas ainda não exploradas pelo Estado nacional ou seriam mesmo a motivação principal de nosso atraso?

Dentre as principais ações pensadas para resolver os problemas postos por essa questão, seria interessante sublinhar a promoção de uma série de políticas governamentais voltadas para a organização de uma renovada configuração territorial, pois o planejamento e execução de medidas visando tal reorganização da configuração espacial do país consubstanciam-se, nessa ótica, como a solução dos problemas relativos ao atraso social e econômico que seriam atenuados pelo estímulo à ocupação, povoamento e conseqüente indução do desenvolvimento industrial e agrário no Brasil. Para Vargas, a conquista do oeste sustentaria o substrato simbólico de união de todos os brasileiros, articulando os pares antípodas sempre utilizados na explicação do Brasil, como campo e cidade, litoral e sertão, tradicional e moderno, agricultura e indústria. A criação da brasilidade, sentido último da “Marcha para o Oeste”, assentava-se, por sua vez, numa proposta que combinava colonização e industrialização, abrindo espaço para o exercício do “imperialismo brasileiro” – agente construtor da nação – que iria fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas.⁵⁵

Vê-se por aí que o projeto de construção de uma nação moderna envolvia, também, as respostas encaminhadas quanto à crise mundial vivenciada entre 1930 e 1945: do ponto de vista econômico, abria-se a possibilidade de implantação de um modelo urbano-industrial, e, nesse detalhe, pesa a forma como o regime pós 1937 interpretava a relação da sociedade brasileira com seu território no aproveitamento dos recursos naturais. Essa tarefa de invenção do Brasil moderno, destino-manifesto do Estado nacional, reveste-se de um caráter épico, religioso mesmo, que aponta para o “tempo das origens”, uma vez que a conquista do sertão surge na ideologia oficialista fartamente divulgada com feições de uma “nova cruzada”.⁵⁶

Essa espécie de apologia do Estado forte, delineado na maturação de mecanismos de centralização operados pelo governo federal, emerge em linhas claras quando nos deparamos com a progressiva ocupação dos espaços institucionais pelas novas agências burocráticas estatais, que desde a criação de autarquias e conselhos nacionais dedicados ao controle, planejamento e regulação dirigida de setores, produtos e serviços considerados estratégicos, ia absorvendo paulatinamente o controle das esferas decisórias.

Nesse contexto, o papel do IBGE era visto como fundamental, pois representa o coroamento dos esforços que intentavam firmar, em nível federal, um órgão de planejamento territorial baseado na sistematização de dados estatísticos

acerca do território. Entendida como uma agência do poder central capilarizada, o IBGE, com seus integrados Conselhos Nacionais de Estatística (CNE) e de Geografia (CNG), era um órgão de informações que, embora estivesse diretamente subordinado ao Gabinete da Presidência da República, e pois, sob tutela do poder central, tinha como objetivo alcançar, por meio de informantes diretos e pesquisas de campo, as instâncias estaduais e municipais, unificando o conjunto de dados e informações disponíveis sobre o país.

A propósito, a criação curso de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro, herdeiro daquele vinculado à Escola de Economia e Direito da antiga UDF e integrado no debate sobre o surgimento de um modelo padrão de organização universitária, não se desprende da disputa pelo controle da educação entre intelectuais católicos e liberais, como se apercebe na montagem do corpo docente da nova universidade, que privilegiou, em sua composição, intelectuais partícipes do bloco de sustentação do Estado Novo e comprometidos com os designios do governo central, o que permitia um trânsito fácil entre governo e universidade.

A centralização autoritária operada na época aponta também para a estabilização de uma geografia universitária como ação de interesse prioritário para o governo federal, pois essa estabilização permitiria tanto a ampliação do conhecimento sobre as potencialidades do território por meio da elaboração de um discurso descritivo e mensurável acerca das possibilidades de sua exploração, que era uma necessidade e uma meta a ser alcançada, como também a constituição, em parte e de forma controlada, da identidade nacional, objetivos amplos que requeriam profissionais aptos a atuar em duas frentes: o ensino secundário e superior e os serviços de perfil mais tecnoburocrático dos novos postos públicos surgidos da modernização institucional dos anos de 1930.⁵⁷

Além disso, a condição histórica do Rio de Janeiro ser a cidade-capital, sua capitalidade, portanto, fornecia uma proximidade com o centro do poder que por possibilitar uma ligação mais direta entre o Estado e os intelectuais não pode ser desprezada, já que facilitava, por um lado, o acesso a recursos financeiros para viagens de campo e excursões de pesquisa, ambas fundamentais para o desenvolvimento de um projeto epistemológico que se apercebe, sobretudo, na atuação de Francis Ruellan, que, entre 1940 e 1956, aproxima definitivamente os estudantes de Geografia da Universidade do Brasil do CNG/INGE, criando uma espécie de espaço de reserva profissional até então inexistente para a carreira de geógrafo no Brasil.⁵⁸

Assim, a atuação de Christovam Leite de Castro, primeiro secretário-geral do CNG, exemplifica as estratégias pessoais e institucionais a criar novos lugares para a produção e difusão da Geografia no Brasil. Engenheiro de formação e integrante da seção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura, que em 1934 transfere sua base para a criação do Instituto Nacional de Estatística, sua presença como aluno da primeira turma do curso de Geografia da UDF, em 1935, coloca-o lado a lado com outros nomes que futuramente angariariam enorme prestígio na comunidade geográfica nacional, como Jorge Zarur, Fábio Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde. Este último, aliás, primeiro geógrafo oficialmente contratado pelo IBGE, revelaria profunda gratidão à Leite de Castro por ter sido ele o principal incentivador e responsável por sua entrada no CNG.

Nesse caso, pode-se claramente perceber que o CNG, a AGB e as Faculdades de Filosofia acopladas às universidades estabelecem uma rede de relações e de trocas científicas e intelectuais que erigiram as condições concretas para a reprodução da Geografia no Brasil, valendo dizer ainda que, apesar de algumas contundentes evidências, mais nítidas no caso do CNG, que devido ao seu caráter técnico-administrativo de órgão concebido como auxiliar na produção diagnósticos de problemas e na produção de políticas territoriais inseridas no contexto planificador do governo central, reverbera diretamente os valores ideológicos estatais, a análise da questão da associação direta entre projetos políticos, trajetórias institucionais e os interesses do Estado é assunto ainda em aberto para a AGB.

Notas e referências bibliográficas

Carlo Eugênio Nogueira é geógrafo e mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo (DG/FFLCH/USP), é pesquisador associado ao Laboratório de Geografia Política (GEOPO) desta mesma instituição, onde desenvolve atualmente Tese de Doutorado sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Robert Moraes. A pesquisa, cujos resultados parciais são aqui apresentados, intitula-se As frentes pioneiras e a formação da Geografia acadêmica no Brasil: estudos comparados (1934/1964), e conta com apoio financeiro da FAPESP. E-mail: carleugenio@usp.br.

- 1 BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'Ecole Française de Géographie (1870-1914)*. Paris: Biblioteque Nationale, 1981.
- 2 A propósito das alternativas historiográficas para o exame do processo de conformação deste campo científico, parte-se antes do mais de uma delimitação da classe ampla de processos passíveis de serem investigados numa análise geográfica da realidade, procedimento que permite distinguir e diferenciar retrospectivamente o conteúdo singular veiculado pela geografia de outros conteúdos similares presentes nos demais discursos ou representações referidos genericamente a uma realidade espacialmente delimitada e concebida. Entretanto, em que pese a antiguidade do termo “Geografia”, utilizado em variadas épocas e distintos lugares para agrupar sob o mesmo rótulo um conjunto difuso de conhecimentos e indagações que num alto nível de abstração compartilhariam entre si apenas uma referência básica à descrição da superfície terrestre, ainda hoje são encontradas sérias dificuldades em identificar uma linha de continuidade na construção desta disciplina, algo comprovável nas constantes alterações ocorridas nas formas de organização e tratamento dos conteúdos tradicionalmente considerados como atinentes à geografia: “Propor uma “história social” da Geografia significa reconstruir o processo de formação disciplinar em relação ao contexto social de referência sob os aspectos mutuamente relacionados, por um lado, à produção geográfica da realidade social e, por outro, à produção social da Geografia como instituição e discursos autônomos (...) Resumindo, nossa posição historiográfica partirá de uma pré-caracterização social da Geografia, conforme a ela, delimitará uma estratégia metodológica com o propósito de articular a ‘história externa’ – contextual – da disciplina, com a ‘história interna’ – comunitária – de suas instituições acadêmicas, e seguidamente relacionará tal formação discursiva com os produtos intelectuais e as formas correspondentes de reprodução e transmissão cultural. Isto é, com o papel estratégico usado historicamente pelo espaço acadêmico e educativo da Geografia”. ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 64/66. Também: LIVINGSTONE, David. *The geographical tradition: episodes in the history of a contested enterprise*. Oxford: Blackwell, 1992.
- 3 Cf. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Também: AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercília. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- 4 LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.
- 5 ESCOLAR, Marcelo, op. cit., 1996.
- 6 Sobre o papel das sociedades geográficas como lugares de produção e difusão de discursos que comportam um claro viés político: ZUSMAN, Perla. *Sociedades geográficas na promoção dos saberes a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – PROLAM/USP, São Paulo, 1996.
- 7 “No sentido acima aludido, o território pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculada a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica, num mesmo movimento, processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas e como mercado), uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva)”. MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 74-75.
- 8 Horacio Capel defende a tese segundo a qual haveria mesmo uma determinação causal entre a necessidade de se formar professores de geografia, a institucionalização universitária da disciplina e o surgimento da comunidade científica dos geógrafos profissionais: “La geografía actual tiene su origen en el proceso de institucionalización que desde mediados del siglo XIX, y tras un periodo de retroceso de esa ciencia, conduce a la aparición de la comunidad científica de los geógrafos, prolongada sin interrupción hasta nuestros días. Los factores que condujeron a la existencia institucionalizada de esta comunidad, están directamente relacionados con la presencia de la geografía en la enseñanza primaria y secundaria en el momento en que los países europeos inician el rápido proceso de difusión de la enseñanza elemental, fue la necesidad de formar profesores de geografía para las escuelas primarias y medias el factor esencial que condujo a la institucionalización de la geografía en la universidad y a la aparición de la comunidad científica de los geógrafos”. CAPEL, Horacio. *Institucionalización de la Geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos*. *Geocrítica*, Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 8, p. 1-2, 1977.
- 9 “Examinadas em retrospectiva, a última década do século XIX e as três primeiras do século XX podem ser vistas como uma época de redefinição da identidade nacional. Uma redefinição pautada, é verdade, pelo pensamento de um grupo ínfimo da população. O “olhar para dentro” desse grupo implicou, no entanto, a crítica a uma sociedade estruturada em torno de relações sociais escravocratas, ou seja, a rejeição do passado-presente, o que desafiava a elaboração de uma racionalidade que fundamentasse as propostas de valorização do nacional. Implicou, igualmente, o “olhar para fora”, a adoção de uma “razão classificatória” que estabelecesse, ao mesmo tempo, a pertença do Brasil ao conjunto das nações “progressistas”, termo que designava na época os países industrializados e suas diferenças em relações às mesmas nações. Essa foi a porta de entrada para as ideologias científicas que dominaram o cenário intelectual da época, no sentido de estabelecer o divisor de águas entre o Brasil colonial e o Brasil moderno (...) Nos interessa discernir aqui o papel do pensamento geográfico nessas representações sobre o território e sobre a população brasileira. De fato, o pensamento geográfico esteve presente nos debates sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes, e as possíveis consequências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro. Em síntese, a questão principal era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das idéias programáticas do “progresso”. MACHADO, Lia Osório. *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 309-310.

- 10 ORTIZ, Renato. As Ciências Sociais e a cultura. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2002. Também: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- 11 MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.
- 12 “Nos países de formação colonial, a conquista de espaços aparece como um elemento estruturador da sociabilidade política, fornecendo não apenas um projeto prático para a organização e atuação do Estado e das elites, mas também um forte argumento ideológico de legitimação de suas ações e objetivos. “Construir o território” emerge nestes contextos da periferia como um apelo orientador da vida social, o qual disponibiliza uma meta comum que se sobrepõe aos horizontes de atuação local de elites geralmente bastante regionalizadas. Nesse processo, o território acaba por substituir a sociedade na própria identificação do país, que passa a ser tomado como um espaço a ser conquistado num movimento onde o “povo” é visto como mero instrumento de realização desse projeto nacional. A História da formação brasileira exemplifica bem tais determinações da condição periférica, com a ideia de construir o país consolidando-se numa reiteração dos princípios coloniais agora aplicados na tarefa de edificação da nova nacionalidade.” MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009. p.78.
- 13 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 2000.
- 14 HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. New York: Verso, 1991. revised edition.
- 15 Exemplo significativo dessa mudança são as críticas radicais que Gilberto Freyre, em 1933, no famoso prefácio à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, direciona às teses, personificadas em Oliveira Vianna, que defendiam a imigração com vistas ao branqueamento da população como primeiro passo para superar a degeneração causada pela mestiçagem. Cada vez mais acerca dos paradigmas culturalistas da antropologia de Franz Boas, e sob a decisiva influência do etnógrafo Edgar Roquette-Pinto, proeminente membro dessa geração de cientistas, Freyre, inquieto com o problema da miscigenação do povo brasileiro, reconhece ter sido as aulas de seu antigo mestre da Universidade de Colúmbia o acontecimento intelectual que lhe inspirou a escrever sua obra-prima: “Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados os traços de raça dos efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influência sociais, de herança cultural e de meio (...) Muito do que se supõe, nos estudos ainda tão flutuantes de eugenia e cacogenia, resultado de traços ou taras hereditárias preponderando sobre outras influências, deve-se antes associar à persistência, através de gerações, de condições econômicas e sociais favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento humano. Lembra Franz Boas que, admitida a possibilidade da eugenia eliminar os elementos indesejáveis de uma sociedade, a seleção eugênica deixaria de suprimir as condições sociais responsáveis pelos proletariados miseráveis – gente doente e mal nutrida; e persistindo tais condições sociais, de novo se formariam os mesmos proletariados” FREYRE, Gilberto. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil: Casa Grande & Senzala. In: SANTIAGO, Silviano (Org.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 2, p. 127.
- 16 LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.
- 17 SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997.
- 18 AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. *Estudos Históricos*. , Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 8, n. 15, 1995.
- 19 BOMFIM, Paulo R. de A. *Território e movimento integralista: uma contribuição ao estudo das ideologias geográficas no pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920-1930*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2001.
- 20 “O Novo Mundo e o Brasil tiveram, no domínio do espaço geográfico, o processo básico que acompanhou a formação da sociedade e do Estado. A ausência de um passado histórico remoto, exemplificada na ausência de catedrais góticas, produziu a busca de raízes em passados mitológicos ou em traços culturais primeiros do português, do índio e do negro. Entretanto, estas construções simbólicas têm produzido mais a consciência das distinções do que a da integração. A consciência do espaço, da territorialidade, em contrapartida, forneceu as bases da integração necessária à formulação de um projeto de nação. Esta premissa nos ajuda a entender a importância e a permanência do “ufanismo” como ideologia fundada na natureza e na relação desta com o caráter do povo, produzindo o sentimento de identidade nacional. A valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade de cultura no Brasil. O ufanismo baseado nos atributos da natureza não aparece sozinho. Seu reverso também faz parte do imaginário sobre o país desde seus primórdios, e assinala os perigos, as ameaças relacionadas à natureza dos trópicos”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi, op. cit., 2000, p. 69-70. Ver também: MAIA, João Marcelo Ehler. *A Terra como invenção – O espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- 21 Vislumbra-se, por conseguinte, a existência de concepções espaciais do país que descrevem a natureza brasileira e seus atributos, dentre eles a população, ora como positividade, a reserva identitária da nação, ora como negatividade, o entrave ao nosso progresso, a antítese da nação desejada: “O lugar geográfico ou social identificado como sertão acompanha este caminho, que recebe ora uma avaliação positiva, ora negativa. As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semiárida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos. Lugar inóspito, desconhecido, que proporciona uma vida difícil, mas habitado por pessoas fortes. A força de seu habitante aparece relacionada à capacidade de interagir com a natureza múltipla. O cabra – o cangaceiro – aparece como a encarnação do herói sertanejo. Para além desses atributos, aparece no imaginário social a ideia de que não há um sertão mas muitos sertões e que o sertão pode e deve ser tomado como metáfora do Brasil (...) Duas perspectivas na conotação de sertão podem ser identificadas com a tradição romântica e a realista no trato do espaço geográfico e do homem que o habita. Na perspectiva romântica, o sertanejo aparece como símbolo da nacionalidade pelo seu admirável modo de vida, caracterizado pela destreza e simplicidade. Natureza e organização social se fundem na base deste julgamento positivo, opondo-se à vida degradada e corrompida do litoral, ou seja, das cidades. Na perspectiva realista, a vida interior perde esta visão idealizada. O sertão passa a ser visto como um problema para a nação e se opõe à urbanidade do litoral. Sob a visão cientificista do final do século XIX, as explicações raciais sustentam uma suspeita sobre os tipos miscigenados portadores da degeneração”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi, op. cit., 2000, p. 70-71.
- 22 Expressivamente, a definição das zonas pioneiras proposta por Pierre Monbeig em 1966, numa época em que era já um intelectual maduro ocupando prestigiosos cargos na estrutura universitária francesa, não se distancia muito da chave interpretativa de Turner, que enxerga a frente pioneira como sinônimo do avanço civilizatório: “L’extension de l’œkoumène continue de s’accomplir par la pénétration de groupes humains pionniers dans les secteurs de la planète encore peu habités. Une région pionnière peut se définir comme l’un des ces secteurs en cours d’incorporation à l’œkoumène. Puisque, à l’exception des grands déserts glacés des zones polaires, il n’y a pas de partie des continents qui soit totalement vide d’hommes, la région pionnière est le théâtre de contacts et de conflits entre des sociétés humaines techniquement, économiquement, démographiquement et politiquement inégales. On y assiste à la disparition du paysage naturel qui, sous l’action des pionniers, fait place à un paysage humanisé : naissance et formation de campagnes,

fondation et croissance de villes, construction d'un réseau de communications. En même temps se constituent de nouveaux foyers de production, de nouveaux courants d'échanges, des régions humaines qui oblitèrent les cadres naturels antérieurs, des sociétés originales par leur composition ethnique et démographique autant que par leurs modes de penser. Tels sont les grands thèmes d'intérêt qu'offrent au géographe les régions pionnières du globe". MONBEIG, Pierre. *Les franges pionnières*. Paris: Gallimard, 1966. p. 974. (Géographie Générale: Encyclopédie de la Pléiade).

332

- 23 MORAES, Antonio Carlos Robert, op. cit., 2002, p. 118-121.
- 24 MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- 25 "O problema da coesão interna, tão exaustivamente debatido pela Geografia política desde Ratzel, e eleito pelos geopolíticos como um dos principais alvos da ação dos Estados em geral, adquire no Brasil um caráter particular. A imensidão do território, o povoamento disperso e o fraco poder de articulação inter-regional da economia agrário-exportadora, ao lado de um poder central baseado na composição política com as oligarquias locais e regionais, representaram, desde a formação do Estado nacional, em 1822, um quadro distante de um federalismo clássico (como o norte-americano) e mais próximo de um conjunto político-administrativo-territorial unitário extremamente desarticulado em nível nacional. Esse era o pano de fundo que, sob vários matizes, marcaram o discurso político-territorial de muitos setores do poder estatal ou próximos deste. Daí por que a base técnico-científica fornecida pela Geografia tornou-se elemento importante para a formulação dessas políticas. Nesse sentido, não são de estranhar as muitas coincidências entre uma dada concepção geográfica do país (explicitada pelos geopolíticos) e o discurso expresso, por exemplo, pelos próceres do novo regime que se instalou em 1930 e que passou a ser conhecido como Estado Novo a partir de 1937". COSTA, Wanderley Messias. *Geografia política e Geopolítica – Discursos sobre território e poder*. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1992. p. 186-187.
- 26 Cf. MIYAMOTO, Shiguenoli. *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) São Paulo, DCP/FFLCH/USP, 1981.
- 27 Desenvolver uma interpretação que enfoque essa relação entre a conquista do sertão e a construção da nação, sublinhando a existência de uma concepção de país que transforma em mitológico o domínio do *hinterland*, torna-se interessante quando sabemos que, principalmente durante o Estado Novo, há um redimensionamento dos processos de valorização simbólica e material do território. Comentando o contexto que justificava o programa "Marcha para Oeste", por exemplo, vemos que: "Ela consistiu num programa de ocupação do território e de integração nacional pensado nos trâmites de um projeto de desenvolvimento global almejado pelo Estado Novo, cuja prioridade era a construção de um parque industrial sustentado pela demanda interna (...) Ela pode ser considerada enquanto um recurso precioso de instrumentalização política, a dimensão da conquista do território expressa nesse programa somente pode ser apreendida valendo-se dessa apreciação (...) Foi a partir dessa perspectiva de fundo que o Estado Novo edificou órgãos e políticas territoriais sobre os quais foram tributadas as expectativas de materialização de suas ideologias geográficas. Essas estiveram ancoradas sobretudo em dois esteios-mestres: de uma parte, conforme sublinhado, na promoção da "mitologia da hinterlândia" – eixo discursivo agora sob inovação valorativa não mais depositário de uma visão bárbara do sertão, antes considerado como "matriz da brasilidade e santuário do verdadeiro caráter nacional" – e, de outra parte, no conceito de região, alçado como pilar interpretativo central do Brasil, incorporado ao vocabulário oficial em franca atitude de distanciamento face à tendência centrífuga do pacto federativo da República Velha". ADAS, Sergio. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2006. Também: DINIZ FILHO, Luiz Lopes. *Território nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 1994.
- 28 SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT, 2001.
- 29 Consultar: ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período de 1938-1998*. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2000. Também: PENHA, Eli Alves Penha. *A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1993.
- 30 SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.
- 31 Cf. PEIXOTO, Fernanda A. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960) e LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo: Ed. Sumaré, 2001. v. 1.
- 32 ADAS, Sergio, op. cit., 2006.
- 33 Veja o depoimento de Pasquale Petrone acerca da importância da AGB para o desenvolvimento das pesquisas e do ensino em Geografia: "Acho que foi muito importante, e continua sendo importante. Foi importante assim como o foi a revista *Geografia* a que já me referi, a primeira publicação científica significativa voltada para a Geografia no país todo. A Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundada em São Paulo, foi a primeira entidade voltada para uma Geografia científica. Não se trata, com a afirmação acima, de menosprezar ou menoscar o que já existia, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico, no Rio de Janeiro, em São Paulo, ou em outras partes do país. Mas é que as atividades dessas entidades tinham outro significado, embora frequentemente de inegável importância, e sobre isso parece que não caibam dúvidas. Porém, dentro de uma perspectiva rigorosamente científica, a Associação dos Geógrafos Brasileiros inovou. Como organização foi pioneira, sob vários aspectos, dado que posteriormente outras entidades, voltadas para outros campos científicos, surgiram a partir do paradigma representado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Parece-me importante, também, o fato de tal entidade ter surgido em São Paulo, de certa forma no bojo da Faculdade de Filosofia, e que tenha crescido sempre estreitamente vinculada à Universidade. Cabe insistir, embora autônoma, entidade particular e, portanto, não oficial, a Associação dos Geógrafos Brasileiros funcionou sempre em sintonia com a USP. Foram muitos os alunos da Universidade que tiveram a oportunidade de crescer intelectualmente freqüentando a Associação". PETRONE, Pasquale. Pasquale Petrone e a Geografia da USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA-USP, v. 8, n. 22, p. 144, 1994.
- 34 A descoberta da não participação do médico sanitário Geraldo de Paula Souza nessa reunião foi só recentemente referendada, quando da localização da Ata original de fundação da AGB nos arquivos pessoais de Caio Prado Jr., primeiro relator da Associação. Na verdade, tal confusão, sustentada por muito tempo, deve-se talvez ao fato de Paula Souza ostentar o título honorário de "sócio-fundador" da AGB, honraria concedida quicá por ter sido ele um dos entusiastas a defender que o então recém-implantado curso de Geografia e História da FFCL/USP funcionasse nas dependências do prédio da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, anexo à Faculdade de Medicina desta Universidade. Cf. IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (Org.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: AGB/IEB/Edusp, 2008.
- 35 DEFFONTAINES, Pierre. A Associação dos Geógrafos Brasileiros. In: *Geografia*, São Paulo, AGB, n. 1, ano I, p. 8, 1935. Ver também: DELFOSSE, Claire. Le rôle des institutions culturelles dans la diffusion des idées géographiques: l'exemple de Pierre Deffontaines (1894-1978). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, v. 33, n. 65, 1998.
- 36 Na lista dos primeiros associados vê-se a adesão de figuras importantes do meio político e intelectual de São Paulo, como Armando Salles de Oliveira

- e Júlio de Mesquita Filho, ao lado de estudantes e demais interessados em Geografia. Seguem alguns nomes atuantes nos anos iniciais de vida da AGB: Eddy Crissiuma, Carlos Wright, Paul Arbousse-Bastide, Geraldo de Paula Sousa, Antônio Carlos Couto de Barros, Antonieta de Paula Souza, Maria Conceição Vicente de Carvalho, Agenor Machado, Astrogildo Rodrigues de Mello, João Dias da Silveira, John Lane, Eurípedes Simões de Paula, Major Mario Travassos, Claude Levi-Strauss, Fernand Braudel, José Bonifácio de Souza Amaral, Carlos Amadeu de Camargo Andrade, Aroldo de Azevedo, Fernando Guedes Galvão, Ruy Calazans, General Moreira Guimarães, Alberto Betim Paes Leme, Everardo Backheuser, Teodoro Sampaio, General Luis Sombra, Leônidas de Castro Lessa e Franz Messner. Cf. ANTUNES, Charlles da França. *A Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, idéias e transformações*. Tese – DG/PPGG/UFF, Niterói, 2008. Ver também: HAMBURGUER, Amélia Império; DANTES, Maria Amélia; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (Org.). *A Ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP, 1996. Acerca das relações entre geografia e império: GODLEWSKA, Anne; SMITH, Neil (Org.). *Geography and Empire*. Londres: Blackwell, 1994.
- 37 DROULERS, Martine; THÉRY, Hervé. *Pierre Monbeig: Un géographe pionnier*. Paris: CREDAL, 1991.
- 38 Foram eles: Maria da Conceição Vicente de Carvalho, doutorada em 1944 e primeira assistente entre 1939 e 1945, quando aparentemente se desentende com Monbeig e deixa a Universidade, Renato da Silveira Mendes e Nice Lecoq Müller, auxiliares de ensino, ele desde 1938, ela desde 1941, (que) continuaram exercendo suas funções ininterruptamente por todo o período, doutorando-se, respectivamente, em 1948 e 1946; Ary França, doutorado em 1945, foi auxiliar de ensino entre 1943 e 1946, passando à condição de primeiro assistente após a saída de Conceição Vicente de Carvalho. Posteriormente, em 1949, após um período de estudos em Paris, quando inclusive trabalhou como assistente de Max. Sorre, Ary França assume como professor interino “de fato”. Dois anos depois, em 1951, defende publicamente a tese A Ilha de São Sebastião: Estudo de Geografia Humana, tornando-se um dos mais jovens professores catedráticos da USP.
- 39 A importância de Pierre Monbeig era reconhecida mesmo entre seus contemporâneos. Fábio de Macedo Soares Guimarães, autor da primeira divisão regional oficial do Brasil, diz sobre ele, num discurso no qual introduzia ao público estudantil o ilustre palestrante: “Pierre Monbeig faz parte do muito estimado grupo de professores franceses que desde 1934 vêm orientando os estudiosos brasileiros da Geografia. É bem verdade que o movimento renovador dos estudos geográficos já se vinha esboçando, pela abnegada e persistente atividade de mestres brasileiros, dentre os quais é justo lembrar Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser; mas lenta era ainda a repercussão desse movimento, por faltar o ambiente propício. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal (hoje transformada na Faculdade Nacional de Filosofia), seriam os núcleos da renovação necessária (...) Faculdades de Filosofia, Associação dos Geógrafos e o Conselho Nacional de Geografia, eis os três grupos surgidos quase simultaneamente, a transformar e dar vida nova às pesquisas geográficas em nosso país. Em todos eles atuou Pierre Monbeig com destaque”. MONBEIG, Pierre. *La crise des sciences de l’homme*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. p. 7-9.
- 40 ABREU, Maurício de. Pierre Monbeig e os primórdios da Geografia urbana no Brasil. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Pierre Monbeig e a Geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc, 2006. p. 141. Vale transcrever parte da ata que define a mudança de estatuto, transcrita da leitura em voz alta dos textos feita por Monbeig na Biblioteca Municipal de São Paulo: “(...) após demorada troca de idéias entre diversos membros da associação e geógrafos do Rio de Janeiro, havia sido deliberado oferecer à casa um projeto de reforma dos Estatutos, afim de que pudesse, no futuro, a associação receber mais facilmente a colaboração dos geógrafos de outras regiões do país (...) A associação tem tido o seu campo de ação praticamente limitado à cidade de São Paulo, uma vez que os núcleos filiados não produziram os esperados resultados e que a sugestão de mais estreita colaboração, apresentada pelo grupo de geógrafos do Rio de Janeiro, abria uma oportunidade para se colocar a associação dentro de um âmbito mais largo, de modo a poder receber a colaboração de estudiosos de Geografia residentes noutros pontos do país.” Atas das reuniões de 21.5.1945 e de 4.6.1945. In: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (Org.), op. cit., 2008. Anexos.
- 41 “A reforma estatutária altera também a composição da direção da Associação, bem como a forma e local de sua escolha, agora por eleição direta. A partir desse momento a AGB seria dirigida por um Conselho Diretor, que seria composto por uma Diretoria, uma Comissão Consultiva e dois ex-presidentes. A Diretoria teria a seguinte formação: Presidente, Secretário-Geral, Tesoureiro-Geral e Diretor dos Anais; e que teriam mandato de um ano, sendo sempre eleitos na Assembleia Geral da Associação. A Comissão Consultiva teria mandato de três anos, sendo renovada anualmente em um terço de sua composição. Somente os sócios efetivos poderiam votar e ser eleitos para o Conselho Diretor da AGB. Questão importante no processo de eleição da Diretoria era a obrigatoriedade de que dois, dos quatro cargos existentes – o de secretário-geral e de tesoureiro-geral, fossem da Seção Regional da cidade sede e foro da AGB, ou seja, de São Paulo, o que de fato garantiria, mesmo com a presidência sendo ocupada por integrantes de outras seções regionais, uma hegemonia paulista a frente da Associação (...) No dia 4 de agosto de 1945, na cidade de São Paulo, de acordo com o novo estatuto, reuniu-se a primeira Assembleia Geral Ordinária, cuja finalidade consistia em eleger os membros do novo Conselho Diretor da AGB. A eleição do Conselho Diretor se deu de forma secreta e tendo como votantes apenas os sócios efetivos. Ao final do processo eleitoral chegou-se a seguinte resultado e composição do primeiro Conselho Diretor da AGB após a reforma estatutária: Presidente, Pierre Monbeig; Secretário-Geral, Aroldo de Azevedo; Tesoureiro-Geral, Fernando Marques de Almeida; Diretor dos Anais, Jorge Zarur; e membros da Comissão Consultiva: João Dias da Silveira (com mandato por três anos), Sílvio Fróes Abreu (com mandato por dois anos) e Carlos Delgado de Carvalho (com mandato de um ano). A Composição do Conselho atendeu às expectativas de representação dos dois grupos – o de São Paulo, mais atuante e influente, e o do Rio de Janeiro, que começava a se organizar enquanto grupo na AGB.” ANTUNES, Charlles da França, op. cit., 2008, p. 192-194.
- 42 PETRONE, Pasquale. Anotações sobre o Departamento de Geografia. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, DG/FFLCH/USP, n. 1, p. 9, 1982.
- 43 ZUSMAN, Perla Brígida. Na procura das origens da AGB. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, n. 78, p. 27, 2001.
- 44 Com efeito, a percepção do período do entreguerras como um momento de notável inflexão para a Geografia, que participa assim de uma conjuntura científica muito mais controversa do que a historiografia do campo disciplinar comumente apresenta, ganha relevo no processo de autonomização acadêmica do campo disciplinar, destacando-se, entre outros, o lançamento de programas coletivos de pesquisa incentivados no âmbito da União Geográfica Internacional (UGI). Fundada em 1922 como expressão de um projeto de pesquisas coletivas que colocaria à testa o que logo se definia como “geograficidade”, a UGI tornar-se-ia veículo de uma integração mundial que passa a sustentar uma rede de contatos institucionais e pessoais entre a comunidade geográfica a partir de então: “Tal auto-organização da comunidade geográfica tem por corolário a definição de conceitos específicos, o aprofundamento de técnicas e de problemáticas próprias, a realização de grandes projetos comuns (*Geographie Universelle*, lançada em 1908, *Atlas de France*, iniciado pouco depois da guerra pela escola francesa de Geografia; trabalhos da Comissão de estudo das variações climáticas, pesquisas da Comissão do *habitat* rural, por exemplo, no âmbito da União Geográfica Internacional). Mas, ao mesmo tempo, a Geografia manifesta uma tendência cada vez mais nítida rumo à abertura para o mundo, à participação nos desafios políticos, sociais ou econômicos contemporâneos. Assim, os geógrafos devem manifestar sua legitimidade, menos em relação a disciplinas concorrentes, a antigos *lobbies*, destituídos, do que em relação a novas práticas associativas, a novos saberes aplicados tendo-se em vista a atualidade e o futuro. Locais de elaboração de uma prática erudita (universitária), as novas associações

nacionais de geógrafos (como a *Association de Géographes Français*, nascida em 1920) e a *Union Géographique Internationale* são perpassadas por essas tendências. Tribuna de expressão, por isso frequentemente conflituosa, a UGI é também um lugar de negociação entre comunidades e uma vitrine coletiva voltada para os não-geógrafos". ROBIC, Marie-Claire. A crise dos anos 1930 e a emergência de novos temas na Geografia. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Pierre Monbeig e a Geografia humana brasileira – A dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc, 2006. p. 39-40.

45 ROBIC, Marie-Claire, op. cit., 2006, p. 47.

46 Segue a definição das zonas pioneiras oferecida no início da década de 1930 por Demangeon com referência direta à obra de Bowman: "Il existe à la surface de la Terre des régions que l'occupation sédentaire des hommes n'a pas encore conquises, régions de lisière, zones-frontière où ils avancent en têtonnat, luttant pied à pied contre les rigueurs d'un climat trop chaud, trop froid ou surtout trop sec, terres d'essais et d'expériences, où ils tentent leus chance, où souvent après de dures épreuves ils parviennent à fonder un foyer. Ce sont les conditions de ce combat opiniâtre, ce sont les territoires où progressent lentement les pionniers de l'humanité que nous décrier Mr. Isaiah Bowman, dans un livre plein d'ingénieuses observatios et copieusement illustré (...). Toutes ces zones de combat ont un trait commun : elles imposent la nécessité d'une lutte contre les rigueurs de la nature, de longues épreuves pour réaliser l'adapation au milieu, la recherche de moyens propes à garantir l'emprise du colon sur la conquête. Les régions tropicales posent le grave problème du peuplement blanc, qui n'a guère dépassé le stade du laboratoire : l'homme blanc ne peut y supporter l'obligation du travail manuel, ni accepter le bas niveau de vie du simple pionnier. Dans les régions froides, il faut résoudre le problème de l'acclimatation des plantes cultivées et de la création de variétés susceptibles de résister aux gelées ou d'accomplir en peu temps leur cycle de végétation" (DEMANGEON, Albert. Pionniers et fronts de colonisation. *Annales de Géographie*, v. 41, n. 234, p. 631-632, 1932).

47 Vejamos, como amostra da força de convencimento de uma argumentação sustentada por uma concepção politicamente orientada do espaço, um discurso de Getúlio Vargas, feito em 1940, que explicava à população os propósitos e justificativas para o desenvolvimento de seu programa de conquista do oeste: "Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que *o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste*. Para bem esclarecer a ideia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de 'Rumo ao Oeste' é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras". Vargas apud VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979. p. 138.

334

489 MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia humana brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940. p. 55.

49 MONBEIG, Pierre, op. cit., 1940, p. 21-22.

50 Ibid., 1940, p. 56-57. Sobressai já na primeira página deste texto outra referência direta aos trabalhos de Bowman, colocada nos seguintes termos: "Depois dos estudos da *American Geographical Society* sobre as zonas pioneiras australiana, canadense, manchuriana e outras, resta estudar a faixa pioneira brasileira. É, pois, um início de estudo neste sentido que se vai tentar aqui".

51 A concepção de Geografia de Monbeig, baseada na noção de *complexo geográfico* herdada de La Blache, ultrapassa a mera descrição das paisagens, tentando dar conta também da explicação da realidade observada. Na verdade, pode-se mesmo afirmar que Monbeig percebera que a aplicação pura e simples do instrumental teórico e metodológico da Geografia francesa não daria conta de explicar uma realidade tão diferente e dinâmica como a brasileira, devendo esse instrumental ser adaptado à compreensão da realidade nacional. Tratava-se, assim, de precisar a singularidade da situação estabelecida na relação entre um grupo social em constante movimento no confronto com novas áreas, pois ao transformar e reorganizar o espaço, tais grupos estariam sofrendo, ao mesmo tempo, uma influência transformadora do meio, sendo imprescindível para o analista se deter no processo pelo qual os homens, mediados pelas condições naturais, atuariam na conformação paisagística do novo complexo geográfico, alterando-o decisivamente. Ver: DANTAS, Aldo. Monbeig e a noção de Complexo Geográfico. *Confins On-line*, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6091>>.

52 MONBEIG, Pierre, op. cit., 1966, p. 974--981.

53 MORAES REGO, Luiz Flores. A expansão econômica de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros, apud ZUSMAN, Perla, op. cit., 2001. p. 19.

54 MONBEIG, Pierre, op. cit., 1940. p. 274-276. Completa esses registros, a intervenção de Luiz Flores de Moraes Rego, retirado da ata que resumia a oitava reunião da Associação, acontecida em São Paulo, no prédio da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, sede do curso de Geografia, onde normalmente se davam as reuniões, aos 4 de fevereiro de 1935. Em sua fala, diz o relator Caio Prado Jr. que Moraes Rego: "pediu a palavra estendendo-se em considerações sobre a importância e o papel prático da Associação na expansão econômica do Estado de São Paulo e na penetração nos Estados vizinhos seus tributários naturais: Paraná, Mato Grosso, Goiás e mesmo o Triângulo Mineiro. Tal penetração depende antes de tudo de um conhecimento preciso do terreno geográfico em que ela se vai operar; daí o papel importante que a Associação poderá representar nela. Propõe, portanto, que os trabalhos da Associação se orientem neste sentido, sendo organizados programas mais amplos que abranjam o estudo destas regiões tributárias acima referidas". IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (Org.), op. cit., 2008, p. 28.

55 Nos dizeres de Getúlio Vargas: "O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar num sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transportes eficientes, que aniquilarão as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha sua unidade assegurada, crescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres. No momento nacional só a existência de um governo central, forte, dotado de recursos suficientes, poderá trazer o resultado desejado" (Vargas apud SCHWARTZMANN, Simon. *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: UNB, Arquivo Gustavo Capanema, 1983. p. 422-423).

56 LENHARO, Alcir, op. cit., 1986.

57 “Na realidade, o projeto do governo federal consubstanciava-se na implementação do centralismo nacional, ou seja, de um projeto centralista para a nação, do qual o Rio de Janeiro, através de suas instituições públicas, seria o mais importante pólo difusor. Em contrapartida estava o projeto paulista, sustentado no federalismo oligárquico e, portanto, no seu fortalecimento regional, estadual, e na idéia de estabelecimento de um diálogo permanente com o mundo, um projeto que parece ter sido levado à frente pela USP, que busca defender internacionalmente sua marca de excelência”. MACHADO, Mônica Sampaio, op. cit., 2009, p. 107.

58 “A primeira e segunda gerações de geógrafos formado pelo Rio de Janeiro acabaram preenchendo uma lacuna criada pela demanda no país de professores do ensino médio, aliás, um dos motivos de implantação das faculdades de Filosofia no Brasil e também de técnicos dos novos órgãos de planejamento estatal. O preenchimento do quadro de técnicos do IBGE é, nesse sentido, bastante revelador. Ao se observar a procedência dos geógrafos ‘ibegeanos’ dos anos 1940 e 1950, é possível perceber que a maior parte deles era oriunda da UDF e da Universidade do Brasil. A contratação de professores franceses que, no caso particular do Rio de Janeiro, atuavam ao mesmo tempo como professores universitários e como principais consultores das pesquisas geográficas no IBGE veio facilitar essa mesclagem institucional e a configuração do campo científico da Geografia brasileira”. MACHADO, Mônica Sampaio, op. cit., p. 133.

[Recebido em setembro de 2011, aprovado para publicação em março de 2012]